



I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural

CARTA DO RECIFE

**1º Encontro Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural
Recife - PE, 24 a 26 de abril de 2012.**

Aos 26 dias do mês de abril de 2012, representantes de 14 instituições estaduais brasileiras, responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, reunidos no Recife/PE, a seguir subscritas, resolvem criar o Fórum Nacional de Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural, que faz as seguintes considerações e recomendações:

Considerações

A defesa do patrimônio cultural brasileiro tem seu marco com o Decreto nº 25/37 e a criação do SPHAN. Foi reforçada com a criação de instituições estaduais voltadas à sua preservação, sobretudo, desde a década de 1960.

A Constituição Brasileira de 1988 amplia o arco de temas compreendidos como patrimônio nacional e configura novas e mais complexas atribuições para os órgãos de preservação.

Neste início do Século XXI, o crescimento urbano e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de relações comerciais entre os agentes sociais e econômicos, geram novas demandas e posturas na gestão do patrimônio. Este constitui, cada vez mais, um suporte fundamental para diversas políticas públicas, com destaque para o desenvolvimento urbano, o turismo, o meio ambiente e as práticas educativas.

A sociedade contemporânea destaca a economia da cultura como instrumento de desenvolvimento social e econômico e o patrimônio cultural brasileiro assume, nesse contexto, um relevante papel.

Há muitos conflitos de interesse para garantir os efeitos legais dos instrumentos indicados na Constituição Federal. Os órgãos estaduais de preservação encontram-se fragilizados. Os recursos humanos, financeiros e materiais não são suficientes para o cumprimento da sua missão.

É por meio da cultura e da preservação dos seus suportes físicos e simbólicos que serão consolidadas as referências de identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Luis', 'D. S.', 'me', and 'J. S.'.



I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural

Além disso, como condição de garantir a sua preservação, a sociedade do consumo e do espetáculo exige uma nova postura para a gestão do patrimônio cultural.

A gestão para a preservação do patrimônio cultural deve ser articulada e funcionar em rede para potencializar resultados. Portanto, é necessária a aproximação do setor da cultura com outras políticas públicas: todas são direito do cidadão, todas são legítimas.

Nesse contexto, a educação pode e deve dar maior contribuição para a preservação do patrimônio cultural. A sociedade civil precisa e deve se envolver.

Recomendações:

1. Fortalecer ou criar instituições estaduais e do Distrito Federal (DF) de preservação do patrimônio cultural, com previsão de instrumentos legais de salvaguarda, conferindo-lhes poder de polícia, de fato e de direito, autonomia jurídica, administrativa, orçamentária e financeira, competência para cobrar pelos seus serviços (certidões atestados, pareceres, licenças, aprovação de projetos, taxas de fiscalização, etc.), para fixar multas por infrações cometidas contra o patrimônio cultural e firmar Termos de Ajuste de Conduta - TAC(s) administrativos;
2. Fortalecer e consolidar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural;
3. Estimular os Estados e o DF a criar lei semelhante àquela que implantou o ICMS cultural no Estado de Minas Gerais;
4. Reforçar a luta nacional pela aprovação da PEC 150, encaminhando ao mesmo tempo, junto às Comissões de Orçamento das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, propostas de percentuais a serem garantidos nos orçamentos para a política de Patrimônio Cultural.
5. Estimular que cada município detentor de significativo número de bens tombados disponha de Plano Diretor e que este contenha mecanismos compensatórios, tais como a Transferência do Direito de Construir - TDC para os imóveis protegidos ou a isenção de IPTU e/ou ITBI para os mesmos, quando em comprovado bom estado de conservação;
6. Estruturar os Estados e o DF, com vistas a integrar o Cadastro Nacional de Bens Protegidos Desaparecidos;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Luis', 'D. J.', 'M. J.', and 'E. J.'.



I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural

7. Sensibilizar os órgãos de segurança, nas três instâncias federativas a demonstrar igual atenção a qualquer bem protegido, seja ele federal, estadual ou municipal;
8. Firmar parcerias com o Ministério Público dos Estados e da União;
9. Firmar parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação, de modo a tratar a Educação Patrimonial como tema transversal em seus conteúdos curriculares, capacitando os professores das redes públicas de ensino;
10. Firmar parcerias com os CREA(s) e os CAU(s);
11. Pleitear a criação de taxa para preservação do patrimônio cultural, a ser cobrada na rede hoteleira, nos mesmos moldes da taxa de turismo, a ser destinada para uso exclusivo na preservação do patrimônio cultural;
12. Garantir e ampliar o acesso, por parte dos proprietários de bens culturais protegidos, aos recursos dos fundos estaduais de cultura;
13. Estimular a criação de mecanismos de financiamento específicos para a intervenção no patrimônio edificado tombado junto a agências de fomento.
14. Pleitear junto ao governo federal isenções dos impostos federais como incentivo aos proprietários de imóveis protegidos por salvaguardas constitucionais, registros, inventários, tombamentos, desapropriações e outros moldes de acautelamento e preservação conforme o Art. 216 CF/88.
15. Pleitear junto ao governo federal instituir, nos moldes do ICMS cultural mineiro, do IPI cultural, cabendo ao IPHAN a responsabilidade de estabelecer os critérios e pontuar os estados que aderirem ao processo.

Recife - PE, 26 de abril de 2012.

Adriana Guimarães Duarte –
Assessora Especial da Diretora do Pro-Memória / SECULT – ALAGOAS

Iran Lima de Sousa –
Gerente de Projetos e Gestor de Pontos de Cultura – Secretaria de Estado da Cultura do
Amapá – AMAPÁ

Frederico Augusto Rodrigues da Costa de Mendonça –
Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – BAHIA

Francisco Otávio de Menezes –
Coordenador de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – CEARÁ

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Lima', 'Mendonça', and 'Menezes'.



I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural


José Delvinei dos Santos –

**Subsecretário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura
do Distrito Federal – DISTRITO FEDERAL**


Deolinda Conceição Taveira Moreira –

**Superintendente da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de
Estado da Cultura de Goiás – GOIÁS**

José Moraes Júnior –

**Superintendente da Superintendência de Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão –
MARANHÃO**

Fernando Viana Cabral –

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – MINAS GERAIS

Marco Antonio Farias Coutinho –

**Diretor Executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba –
PARAÍBA**

Rosina Coeli Alice Parchen –

Coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná – PARANÁ


Severino Pessoa dos Santos

Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – PERNAMBUCO

Luana Cibelle de Oliveira Costa –

**Subcoordenadora do Patrimônio Arquitetônico da Fundação José Augusto – RIO GRANDE DO
NORTE**

Andréa Marques Dal Grande –

**Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura – SANTA
CATARINA**

Sandra Regina de Souza Santos

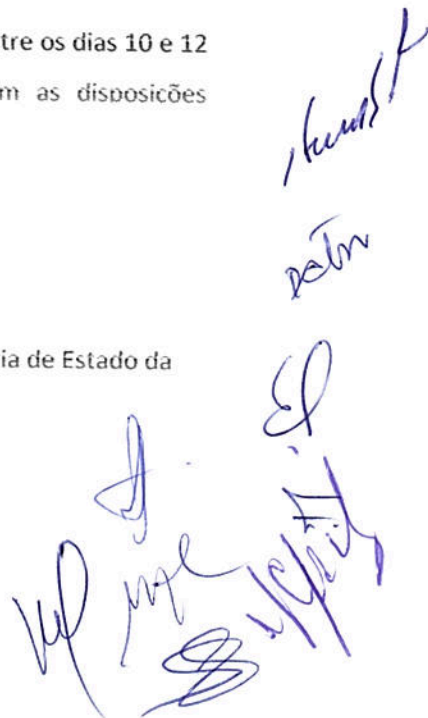
**Diretora da Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Cultural da Casa Civil do Estado do Sergipe
– SERGIPE**

Os estados presentes na primeira reunião do Fórum realizada em Brasília, entre os dias 10 e 12
de setembro de 2012, abaixo assinados, neste ato, aderem e ratificam as disposições
pactuadas e as alterações efetuadas nesta data.

Brasília, DF, 12 de setembro de 2012


Humberto Dias Ferreira Barata Neto

**Arquiteto Urbanista do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da
Cultura do Amazonas – AMAPÁ**





I Encontro Nacional das Instituições Estaduais
de Preservação do Patrimônio Cultural

Frederico Augusto Rodrigues da Costa de Mendonça

Frederico Augusto Rodrigues da Costa de Mendonça –
Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – BAHIA

José Delvinei dos Santos –

Subsecretário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura
do Distrito Federal – DISTRITO FEDERAL

Deolinda Conceição Taveira Moreira

Superintendente da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de
Estado da Cultura de Goiás – GOIÁS

Joelma Consuelo Fonseca e Silva

Subsecretária de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo -
ESPÍRITO SANTO

Maria Antônia Leventi

Coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Mato Grosso -
MATO GROSSO

Neusa Nárico Arashira

Gerente do Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul -
MATO GROSSO DO SUL

Fernando Viana Cabral

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – MINAS GERAIS

Severino Pessoa dos Santos

Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – PERNAMBUCO

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Diretor Geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - RIO DE JANEIRO

Eduardo Hahn

Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - RIO GRANDE DO SUL

Luiz Alberto dos Santos

– Subsecretário de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Sergipe – SERGIPE

Coordenações Regionais:

Norte: Humberto / AMAZONAS: Cleide Martins dos Santos / AMAPÁ

Sul: Eduardo Hahn / RGS: Andrea / SC

Sudeste: Joelma / ES: Paulo Vidal / RJ

Centro Oeste: José Delvinei / DF: Deolinda / GO

Nordeste: Luiz Alberto / SE: Marco Antonio / PB

[Handwritten signature]